

UNIVERSIDADE SANTO AMARO

Curso de Ciências Contábeis

Aline Maria da Silva Souza

Fernanda Cristina da Conceição Faria

Grazieli Vieira de Aragão

Jessica Silva Coutinho

Vanessa Patricio Bezerra

**GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA NATURA COSMÉTICOS PUBLICADAS NO ANO DE
2015**

São Paulo

2016

Aline Maria da Silva Souza

Fernanda Cristina da Conceição Faria

Grazieli Vieira de Aragão

Jessica Silva Coutinho

Vanessa Patricio Bezerra

**GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA NATURA COSMÉTICOS PUBLICADAS NO ANO DE
2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^o.Me Irma Filomena Lobosco

São Paulo

2016

Governança Sustentável: Análises das demonstrações financeiras da empresa Natura Cosméticos Publicadas no ano de 2015 / Aline Maria da Silva Souza [et al.]. – São Paulo , 2016
67 f.

TCC Graduação (Ciências Contábeis) - Universidade de Santo Amaro, 2016

Orientador(a): Irma Filomena Lobosco

1.Contabilidade Ambiental. 2.Sustentabilidade. 3.Governança sustentável. I.Maria da Silva Souza, Aline II.Cristina da Conceição Faria, Fernanda III.Vieira de Aragão, Grazieli IV.Silva Coutinho, Jessica V.Patricio Bezerra, Vanessa VI.Filomena Lobosco, Irma, orient. VII.Universidade de Santo Amaro VIII.Titulo

**Ficha catalográfica gerada automaticamente pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade de Santo Amaro - UNISA**

Aline Maria da Silva Souza
Fernanda Cristina da Conceição Faria
Grazieli Vieira de Aragão
Jessica Silva Coutinho
Vanessa Patricio Bezerra

**GOVERNANÇA SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA NATURA COSMÉTICOS PUBLICADAS NO ANO DE
2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de
..... da Universidade de Santo Amaro – Unisa, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel.....

Orientador: Pro. Dr^a

São Paulo,de..... de 20.....

Banca Examinadora

.....
Prof. Me. Irma (Orientador)

.....
Prof. Dr.....

.....
Prof. Dr.....

CONCEITO FINAL _____

Dedicamos o nosso trabalho de conclusão de curso à nossa família, que com muita compreensão e paciência entenderam a nossa ausência. Dedicamos também aos nossos colegas e professores que muito nos ajudaram a desenvolver ideias, enriquecendo o nosso trabalho.

Agradecimentos

“Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise”.

É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.

*É deixar de ser vítima dos problemas e se tornar o autor de sua própria história.
“Nossa vida é a maior empresa do mundo e somente nós podemos evitar que ela vá a falência”.*

Agradecemos em especial a professora mestre orientadora, Irma Filomena Lobosco.

Agradecemos também aos nossos familiares que por muitos momentos nos apoiaram sem medir esforços, movidos pelo desejo de nos ver vencer.

RESUMO

O presente trabalho relata sobre as práticas da contabilidade ambiental e como é possível obter eficiência econômica através da implementação das mesmas na empresa brasileira Natura Cosméticos. São estabelecidos importantes conceitos relacionados ao tema, discutidos aqui, como governança sustentável e ativo ambiental. Cada vez mais as empresas agregam as suas atividades às práticas ambientais, buscando uma governança sustentável que tem como objetivo geral fortalecer os processos de decisão voltados para o requisito ambiental. A contabilidade ambiental atualmente é de grande importância para as empresas de um modo geral, sendo que a preocupação com o meio ambiente é uma questão mundial. A população está muito mais crítica nas escolhas de seus produtos e serviços e uma empresa sustentável pode ser um grande diferencial.

Palavras chave: Governança sustentável. Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper reports on the practices of environmental accounting and how it is possible to obtain economic efficiency through the implementation of the same in the Brazilian company Natura Cosmetics. There are important concepts related to the theme, discussed here, such as sustainable governance and environmental activism. Increasingly, companies aggregate their activities to environmental practices, seeking a sustainable governance that has as general objective to strengthen the decision processes focused on the environmental requirement.

Environmental accounting is currently of great importance to companies in general, and concern for the environment is a global issue. The population is much more critical in the choices of its products and services and a sustainable company can be a great differential.

Key words: Sustainable governance, environmental, sustainability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 GOVERNANÇA.....	11
2.1 Sustentabilidade.....	11
2.2 Governança Sustentável	12
2.3 Governança Corporativa.....	13
2.3.1. As Ferramentas de Governança Corporativa	15
2.4 Responsabilidade Social Corporativa.....	15
2.5 Ecoeficiência.....	18
2.6 O Cumprimento do Código de Ética	19
2.7 Emissão Zero	23
2.8 Os Indicadores Econômicos	23
2.9 Indicadores de desempenho social	27
2.10 Avaliação do desempenho ambiental: Norma ISO 14031	28
3 CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	30
3.1 Desenvolvimento da Contabilidade Ambiental.....	31
3.2 Operacionalização da Contabilidade Ambiental	33
3.3 Gastos Ambientais.....	34
3.4 Balanço Social.....	37
3.5 Vantagens da Contabilidade Ambiental	38
3.6 Ativo Ambiental	39
3.7 Passivo Ambiental	39
3.8 Receitas Ambientais.....	40
3.9 Auditoria Ambiental	43
3.10 Formas de evidenciação e objetivos	46
3.10.1 Divulgação Ambiental.....	48

3.10.2 Relatórios Ambientais.....	48
3.10.3 Usuários de informações ambientais.....	50
4 NATURA COSMÉTICOS	53
4.1 Visão de sustentabilidade da empresa Natura	54
4.2 Contabilidade ambiental e a Sustentabilidade aplicada a empresa Natura	55
4.3 Resultado sobre o meio ambiente – Reconhecimento	56
4.4 Produtos	57
4.5 Balanço Natura 2015.....	60
5 CONCLUSÃO	65

1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem por tema a Governança Sustentável que se insere na linha de pesquisa de Contabilidade Ambiental.

Com a revolução industrial e o consumo de produtos em grande escala, o modo de produção das empresas brasileiras acarretaram aumento significativo na degradação do meio ambiente. Nesse cenário, a preocupação com a sustentabilidade ambiental exigiu que as empresas modificassem os seus meios de produção, tanto para evitar as penalidades aplicadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, quanto em busca de redução de custos, imagem da empresa perante os stakeholders e resultados econômicos positivos. Os estudos relacionados às práticas da contabilidade ambiental são recentes para registrar os fatos contábeis relacionados aos projetos de responsabilidade ambiental que tem o objetivo de promover o equilíbrio ao ambiente.

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e compreender quais os benefícios que a contabilidade ambiental pode gerar para um futuro sustentável, onde o compromisso é contribuir para o desenvolvimento sustentável, trabalhando com os empregados, com os familiares, com a comunidade local e com a sociedade em geral, para melhorar a qualidade de vida.

Evidenciar como as práticas da Contabilidade Ambiental são implementadas na Empresa Natura Cosméticos. Identificar de que forma é possível obter eficiência econômica com a implementação da produção ambiental sustentável. Analisar as Demonstrações Contábeis do ano de 2015 da empresa brasileira Natura Cosméticas para identificar as contas e notas explicativas que evidenciam projetos ambientais.

Com o crescimento rápido da população, e a busca incessante pela maximização do lucro pelas empresas, o meio ambiente vem sofrendo cada vez mais com a degradação excessiva de seus recursos naturais e com isso atraindo cada vez mais a atenção mundial.

O agravamento das causas ambientais são uma decorrência da intervenção humana no planeta e no ecossistema, nesse sentido os danos ambientais

gerações atuais e seus reflexos para as futuras gerações, fizeram com que a questão ambiental fosse discutida e implementada em muitas empresas como forma de diminuir o impacto ambiental e social.

Com a importância que a sustentabilidade ganhou nas empresas, contadores e gestores passaram a considerar as questões ambientais, sociais e ecológicas nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando mais foco e reconhecimento à contabilidade ambiental. A governança sustentável nas empresas tem um papel fundamental e gera um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável.

A questão ambiental atualmente é tratada de forma essencial universalmente, devido aos desastres e desgastes que as empresas e a sociedade vêm causando ao meio ambiente de forma brutal. Visando não somente o bem-estar da população atual, mas também de gerações futuras. A contabilidade ambiental tem contribuído para que seus relatórios possibilitem tomada de decisão pelos gestores das organizações em busca de soluções por meio de projetos e investimentos em ativos ambientais. Essas ações visam que eventos passados não tenham impacto em obrigações legais no futuro com a entrega de ativos ou a exigibilidade de passivos ambientais que reduzem o resultado econômico e o comprometimento junto aos seus stakeholders.

O registro dos eventos ambientais para o controle do patrimônio ambiental é fundamental para contribuir e promover o equilíbrio do meio ambiente e promover um futuro sustentável.

O desenvolvimento deste estudo utiliza a pesquisa bibliográfica e documental com coleta de dados secundários disponíveis na internet, livros, artigos e revistas acadêmicas.

2 GOVERNANÇA

É a maneira pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sócias e econômicos, fazendo com que as pessoas e a organização dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada.

Governança são atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. (ROSENAU, 2000, p. 15).

Para Rosenau, (2000, p.15-16)

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

2.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade é uma palavra com significado amplo, que carrega 3 conceitos ao mesmo tempo: Ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo.

Sustentabilidade é o equilíbrio do que precisamos da natureza e o que oferecemos em troca, é economizar recursos e utilizar melhor o que se consome (Ex: Água, energia e etc.); é reciclar, é diminuir resíduos e poluentes e pensar para onde vai tudo que agente produz e descarta e de onde vem tudo o que usamos. Na verdade, a sustentabilidade é tratar o meio ambiente com o respeito que ele merece, retribuindo tudo que ele sempre nos proporcionou.

Sustentabilidade é uma área do meio ambiente, onde especialistas, empresas estão se conscientizando ecologicamente, sendo necessário a construção no âmbito social.

Para a construção de uma consciência ecológica, faz se necessário que outros problemas que estão ligados ao meio ambiente sejam solucionados.

Ex: Na esfera econômica, sustentabilidade representa uma melhor distribuição de renda e com uma melhor distribuição de renda, obviamente teremos um aumento do poder aquisitivo das famílias e supõe – se que também aumentaria o poder de compra das famílias, desta forma teria uma melhoria do padrão de vida da população.

Econômico: Distribui melhor a renda + Social: Famílias melhorando a perspectiva de vida = Ecológica: Conservação dos recursos naturais

Toda ação sustentável deve ter 3 requisitos básicos, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, a viabilidade econômica para a sua implantação e manutenção e a garantia que todas as ações atinjam os grupos humanos, sem distinção social e sem agredir valores culturais.

2.2 Governança Sustentável

O objetivo geral do eixo de governança é fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa.

Quando tratamos de governança no tema gestão sustentável existe um conceito específico para governança, que tem a ver com o diálogo com a pluralidade, com a coletividade, é uma governança aberta, uma governança participativa que se inter-relaciona com todos os representantes e com todos os sistemas da sociedade.

Não é apenas fazer uma reunião burocrática, mas sim assegurar que todas as necessidades e visões dos diversos grupos possam aflorar. Você cria uma boa base

de informação, tanto para dentro em termos de informação gerencial, como para fora para que a população possa aderir ou não, mas participar do processo de transformação.

Para se obter uma boa governança, precisa se ter uma capacitação técnica, para poder exercer da melhor forma possível esta governança. (Ladislau Dowbor)

Se confunde muito o que é governança com governo e são coisas totalmente diferentes. Governo é uma máquina administrativa e a governança é a forma como se governa, é o processo adotado para esta máquina administrativa governar.

Objetivos específicos de governança:

- Desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para todas as regiões da cidade.
- Fomentar a ação para o desenvolvimento sustentável.
- Convocar todos os setores da sociedade civil para a participação efetiva nos processos de decisão, monitoramento e avaliação.
- Tornar pública transparente e aberta todas as informações da administração municipal.
- Promover a cooperação e as parcerias com outras cidades e regiões.

2.3 Governança Corporativa

A governança corporativa surgiu na década de 90 do século passado nos Estados Unidos e na Inglaterra, suas boas práticas tornam as empresas mais confiáveis aos investidores e ao mercado acionário. Pois, além de transformar as demonstrações contábeis mais transparentes, reduz os possíveis atritos de interesses entre proprietários, acionistas, diretoria e outras possíveis partes interessadas nesse processo. Assim, as empresas que seguem a boa governança podem obter melhores resultados nos valores das ações e dos retornos das ações. Segundo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009):

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar o seu acesso ao capital.

Conforme a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2009), o conceito de governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade melhorar o desempenho de uma companhia e proteger todas as partes interessadas, como os investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A boa governança corporativa contribui para um desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando melhorias no desempenho das empresas. Por estes motivos, torna-se tão importante ter conselheiros qualificados e sistemas de Governança Corporativa de qualidade, evitando-se assim diversos fracassos empresariais como abusos de poder, erros e fraudes.

Figura 1 - Governança corporativa e seus desempenhos para melhoria



Fonte: (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO,2014).

Segundo o comitê de governança corporativa que é responsável pelo monitoramento do funcionamento de todo o sistema de governança corporativa da Companhia, pelo acompanhamento da evolução das melhores práticas internacionais de governança corporativa e pela propositura de ajustes e evoluções no sistema de governança corporativa da Natura sempre que julgar necessário.

Já, Jensen (2001, p.123), economista americano define como:

Governança é a estrutura de controle de alto nível, consistindo dos direitos de decisão do conselho de administração e do diretor executivo, dos procedimentos para alterá-los do tamanho e composição do conselho de administração e da compensação e posse de ações dos gestores e conselheiros.

2.3.1. As Ferramentas de Governança Corporativa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), as bases da boa governança variam de acordo com o ambiente corporativo – regulatório e social em que as organizações estão inseridas. Quatro princípios, no entanto, são fundamentais:

- **Transparência:** as decisões e os processos devem se dar de maneira clara para os públicos com os quais a organização se relaciona – clientes, fornecedores, investidores, governo, sociedade, os chamados stakeholders;
- **Equidade:** todos os interessados nos negócios devem participar e ser tratados de maneira igualitária;
- **Prestação de contas:** a organização deve prestar contas de seu trabalho, não só em relação aos recursos financeiros que administra, mas também em relação ao papel que exerce junto aos stakeholders;
- **Responsabilidade corporativa:** uma visão mais ampla da atuação da organização em seu contexto social.

A adoção desses princípios é voluntária e vai além das exigências legais. No caso das empresas de capital aberto, que precisam prestar contas a seus acionistas publicamente, a estrutura organizacional é pensada de maneira a respeitar esses quatro pilares. Quanto mais fiel for a companhia a essas diretrizes, melhor ela será vista pelo mercado.

2.4 Responsabilidade Social Corporativa

De acordo com a principal entidade mundial na área de responsabilidade social o Business for Social Responsibility (BSR, s.d), embora não exista uma definição unanime aceita para o termo responsabilidade social corporativa, a expressão se refere, a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, comunidades e meio ambiente.

Um conjunto de forças distintas, mas interconectadas, como a desregulação e globalização, rápidos avanços na tecnologia de informação, os crescimentos do poder do consumidor e da sociedade civil estão agora combinados e trazendo a responsabilidade corporativa para uma posição de destaque em muitas organizações. Nesta era da informação, as implicações da não adoção de melhores práticas quanto ao meio ambiente, ambiente de trabalho e comunidade podem variar de má cobertura da mídia até a completa exclusão do mercado. Estes são tempos preciosos para a construção social do moderno capitalismo. (ANDRIOF; MCLNTOSH, 2001, p.5)

O Business for Social Responsibility Institute (BSR) sustenta que o conceito de empresa socialmente responsável se aplicará àquela que atue no ambiente de negócios de forma que atinja ou exceda as expectativas éticas, legais e comerciais do ambiente social na qual a empresa se insere.

Segundo Zadek,(1998, p.142) as atitudes e atividades de uma organização precisam caracterizar-se por:

Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os stakeholders envolvidos;
Promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;
Respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
Maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.

O comportamento ético ou socialmente responsável pode variar de acordo com ambiente institucional no qual as empresas se inserem, englobando a natureza e a qualidade de suas relações com um conjunto mais amplo dos seus stakeholders atuais e as futuras gerações.

Com o aumento dos problemas ambientais, que tem avançado em uma velocidade muito rápida ameaçando as gerações futuras, a responsabilidade social corporativa tem grande importância na vida da sociedade como um todo, evoluiu ao longo dos anos se transformando em um dos principais assuntos de destaque mundial.

Segundo Donaire (1999, p.51)

Algumas empresas, porém, tem demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atua no chamado “mercado verde”, desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidade de negócios.

Estamos diante de um novo cenário na economia e na sociedade, empresas vem adquirindo em suas políticas empresariais uma nova conduta empresarial, com suas preocupações direcionadas a ações socioambientais, voltadas ao ambiente de negócios, contribuindo com o meio ambiente e o bem-estar social e não apenas com a geração de lucro.

Com a concorrência cada vez mais acirrada as empresas precisam ter um diferencial no mercado para ganhar a confiança e a preferência de seus consumidores. Durante algum tempo o fato de ter um produto diferenciado era o suficiente para manter se no mercado, mas hoje isso mudou, a imagem que uma empresa passa para seus clientes é um elemento decisório de compra para os consumidores.

Os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação a sustentabilidade exigindo das empresas melhores práticas, o que tem levado executivos a novas formas de conduzir suas empresas, cuidando de sua conduta,

imagem e mudança de comportamento. Uma mudança comportamental exige do consumidor uma atitude mais atuante e participativa para se tornarem consumidores mais responsáveis e construir uma sociedade mais solidária.

As empresas necessitam desenvolver uma relação mais próxima com seus funcionários, fornecedores, consumidores e sociedade, para trazer benefícios a todos os envolvidos, na geração de renda, produtos e serviços. Os cidadãos se encontram muito mais conscientes de seus direitos e deveres sociais e menos tolerantes com práticas abusivas ou antiéticas.

Devem ser implantadas boas práticas e ferramentas necessárias para uma boa gestão sustentável, monitorando seu andamento e detectando o que precisa ser melhorado, para uma mudança positiva, reduzindo os impactos ambientais.

A responsabilidade social corporativa gera um ambiente muito mais competitivo, mais produtivo e transparente, trazendo mais credibilidade para a empresa. Interagem melhor com o meio em que estão introduzidas e conhecem bem os mercados e suas divergências, absorvendo as tendências com maior eficiência e rapidez o mercado empresarial.

Os investimentos em programas sociais melhoram as condições de vida da comunidade, faz com que os consumidores e clientes sejam mais fiéis à empresa e marca, criando uma importante vantagem competitiva.

A responsabilidade ambiental, é essencial para que a empresa tenha a aceitação de seus produtos, e os consumidores acreditam que desta forma será uma empresa melhor e irá contribuir para a construção de uma sociedade mais digna, agregando valor à imagem.

2.5 Ecoeficiência

Ecoeficiência surgiu no século XX, como uma forma de reduzir o impacto ambiental e aumentar a rentabilidade das empresas, é um conceito de gestão que tende a promover o aumento e a qualidade dos produtos ou serviços com uma simultânea poupança de recursos económicos e ambientais.

Um sistema ecoeficiente é aquele que consegue produzir mais e melhor, com menores recursos e menores resíduos.

Alguns elementos são fundamentais para sua prática, tais como minimizar a intensidade de materiais dos bens e serviços além de promover a educação dos consumidores para um uso mais racional de recursos naturais, optar por meios naturais de geração de energia entre outros.

A ecoeficiência pode ser alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao tempo que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra. (Conceito elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, em 1992)

2.6 O Cumprimento do Código de Ética

A sustentabilidade é um termo muito utilizado nos dias de hoje. As grandes empresas brasileiras e multinacionais já possuem departamentos relacionados ao tema, porém muitas empresas ainda têm dificuldades em implementar o conceito de sustentabilidade na estratégia e planejamento do negócio.

Sustentabilidade é a busca por garantir que os aspectos sociais, éticos e ambientais sejam considerados na condução dos negócios no dia a dia. Essa atitude incentiva as empresas a serem boas empregadoras, a gerenciar os recursos com responsabilidade e a considerar a comunidade e os consumidores no desenvolvimento dos produtos e serviços. Essa postura ajuda a reduzir riscos, e também ajuda a formar novas oportunidades. Uma das ferramentas mais importantes de mobilização para a sustentabilidade é o código de ética.

Vivemos hoje um desafio em relação às questões ambientais. Nosso planeta dá sinais claros de que não suporta mais o ritmo de consumo que imprimimos nos dias atuais. A poluição da terra; da água e do ar; chegaram a níveis tão altos que em

alguns países certas regiões chegam a ter níveis de poluentes que provocam deformidades e problemas gravíssimos de saúde para todos os habitantes.

As empresas acabaram definindo um conjunto de práticas que procuram demonstrar o seu respeito e a sua preocupação com as condições do ambiente e da sociedade em que estão inseridas ou aonde atua. Para atribuir-se um controle maior e transformar essa preocupação num ponto de apoio ao marketing dessas empresas, a Bovespa criou há algum tempo um índice para medir o grau de sustentabilidade empresarial das empresas que têm ações na bolsa: Índice de Sustentabilidade Empresarial (O I.S.E); que acabou se tornando um importante fator para despertar o interesse de investidores nas ações de empresas que possuem políticas claras de respeito à responsabilidade social de seus empreendimentos, produtos e serviços.

As empresas que se interessam em adotar o índice devem responder a um questionário de aproximadamente cento e cinquenta questões relacionadas ao meio ambiente, atuação social, governança e seu envolvimento com a causa do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade empresarial ainda não é um tema central em muitas empresas, principalmente em países como o nosso e nos países ricos, muitas corporações associam a ideia da sustentabilidade empresarial a um aumento nos custos de operação e nos preços de venda; o que provocaria um risco aos seus produtos e a sua penetração no mercado consumidor.

No entanto, aos poucos, essa visão vai sendo revertida pela conscientização cada vez maior dos consumidores e a real pressão que esses grupos vêm fazendo sobre o mercado e, conseqüentemente, sobre as empresas. Mas, para que a sustentabilidade empresarial seja uma realidade em todo mundo, os consumidores devem se unir e promover esclarecimento e cobrança consciente sobre o meio ambiente.

Devem fazer os empresários entenderem que chegou o fim do “lucro pelo lucro” e que, agora, pensar com responsabilidade e cuidar do mundo que nos cerca é crucial para nossa própria sobrevivência. Seguindo esses princípios básicos, a sustentabilidade empresarial promove não só melhorias para os consumidores como também para aqueles que trabalham na empresa, já que esse empresário costuma aplicar entre seus funcionários a mesma política social em que se baseia para operar no mercado. Isso sem contar os reflexos positivos que os benefícios dessa postura politicamente correta trazem à imagem da corporação: aumentam a confiança e a fidelidade dos consumidores conscientes – que zelam e apoiam práticas ecologicamente corretas.

O ISE serve como ferramenta para a análise e a comparação das performances das empresas listadas na Bovespa, considerados aspectos como sustentabilidade empresarial, eficiência econômica e a promoção do equilíbrio ambiental, da justiça social e da governança corporativa. Um ponto fundamental na definição dos termos e a publicação do código de ética é o estabelecimento de mecanismos de controle para conferir seriedade e eficiência ao posicionamento assumido, isto é, não basta termos um código de ética publicado se ele não for praticado.

Um dos caminhos para o acompanhamento da estratégia e prática dos princípios do código de ética ou conduta é a estruturação da governança para a sustentabilidade.

De uma forma simples, podemos afirmar que garantir a sustentabilidade de um projeto ou de uma região determinada, é dar garantias de que mesmo explorada essa área continuará a prover recursos e bem-estar econômico e social para as comunidades que nela vivem por muitas e muitas gerações. Mantendo a força vital e a capacidade de regenerar-se mesmo diante da ação contínua e da presença atuante da mão humana.

Muitas empresas que praticam formas predatórias de extração de recursos ou que nunca se preocuparam com sua influência perniciosa no meio ambiente, começaram a perceber que os que seguiam pelo caminho da sustentabilidade

começaram a alcançar maiores fatias do mercado consumidor e, conseqüentemente a aumentar seus lucros. Por isso, hoje em dia quase toda empresa deseja divulgar uma imagem de sustentabilidade mesmo sem a tê-la na realidade.

Ações relacionadas a sustentabilidade

- Exploração dos recursos vegetais de florestas e matas de forma controlada, garantindo o replantio sempre que necessário.
- Preservação total de áreas verdes não destinadas a exploração econômica.
- Ações que visem o incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos, pois estes não agredem a natureza além de serem benéficos à saúde dos seres humanos;
- Exploração dos recursos minerais (petróleo, carvão, minérios) de forma controlada, racionalizada e com planejamento.
- Uso de fontes de energia limpas e renováveis (eólica, geotérmica e hidráulica) para diminuir o consumo de combustíveis fósseis. Esta ação, além de preservar as reservas de recursos minerais, visa diminuir a poluição do ar.
- Criação de atitudes pessoais e empresariais voltada para a reciclagem de resíduos sólidos. Esta ação além de gerar renda e diminuir a quantidade de lixo no solo, possibilita a diminuição da retirada de recursos minerais do solo.
- Desenvolvimento da gestão sustentável nas empresas para diminuir o desperdício de matéria-prima e desenvolvimento de produtos com baixo consumo de energia.
- Atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício. Adoção de medidas que visem a não poluição dos recursos hídricos, assim como a despoluição daqueles que se encontram poluídos ou contaminados.

Como resultado da política do “lucro pelo lucro”, nosso planeta começou a enfrentar sérios problemas ambientais e de degradação das condições de vida de muitas comunidades. Os problemas causados foram tão grandes que as exigências por mudanças e pela criação de políticas e formas de extrair.

A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

2.7 Emissão Zero

Um dos princípios fundamentais do conceito zero é harmonizar as atividades econômicas com os ciclos biológicos assim respeitando as leis da vida sobre o planeta, proporcionando às atuais gerações o que necessitam, sem comprometer as chances de que as futuras gerações tenham o mesmo.

É preciso ter uma visão a longo prazo não pensando apenas nos benefícios imediatos, também é preciso focar na baixa emissão de carbono e na energia renovável.

As empresas podem ajudar para que se tenha um mundo mais limpo, atuando de maneira eficiente.

2.8 Os Indicadores Econômicos

Segundo o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) sustentabilidade é essencial para que o meio ambiente seja preservado, visto que ela depende de ações e atividades humanas elaboradas de forma a minimizar ou acabar com possíveis impactos à natureza. Portanto, sustentabilidade tem relação com desenvolvimento econômico, porque empresas de vários tipos influenciam na preservação ambiental a partir de suas ações. O desenvolvimento sustentável é a

prática que possibilita o crescimento econômico necessário de forma a assegurar o desenvolvimento social e a preservação de recursos naturais. Isso acontece por meio de atitudes sustentáveis, que podem ser aplicadas no dia a dia de corporações e até na rotina pessoal de cada indivíduo.

Entre as ações sustentáveis de fácil aplicação destacam-se a reciclagem de materiais, o uso sem desperdício de recursos naturais e a geração de energia por meio de fontes não poluentes. Algumas medidas são voltadas exclusivamente para empresas que desejam incentivar a sustentabilidade como meio de desenvolvimento. É o caso da preservação de áreas verdes não destinadas à exploração econômica, de ações que estimulem a produção e o consumo de produtos orgânicos, de atitudes que evitem o desperdício de matéria-prima, entre outras. Os benefícios das ações de sustentabilidade proporcionam melhores condições de vida, tanto a médio quanto a longo prazo.

Cada pessoa deve fazer a sua parte e os governos precisam estimular as práticas sustentáveis. O Brasil conseguiu ficar à frente de países como China e Argentina em um estudo feito no começo de 2012 nas universidades de Yale e Columbia, nos Estados Unidos Suíça e outros países europeus tiveram destaque no ranking, graças ao uso da sustentabilidade como meio de desenvolvimento, por meio de ações diversificadas, como a redução de emissão de gás carbônico. Indicadores sustentáveis é de consenso geral que o desenvolvimento sustentável é um processo evolutivo que se traduz na combinação de três vertentes de desenvolvimento de um país para benefício das gerações presente e futura, crescimento da economia, melhoria da qualidade do ambiente e melhoria da sociedade.

À medida que o conceito de desenvolvimento sustentável era cada vez mais interiorizado pelas instituições, sentiu-se a necessidade de avaliar o desempenho das economias com base neste novo conceito e não apenas em indicadores como o PIB (produto interno bruto). Os economistas chegaram ao consenso de que este indicador não refletia exaustivamente o bem-estar econômico e sua evolução no tempo não permitia avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento. Para aplicar o

conceito de desenvolvimento sustentável torna-se fundamental o estabelecimento de indicadores, objetivos e metas que possam dar a medida do desempenho de um país em matéria de sustentabilidade. Uma vez estabelecidas as metas, poderá avaliar a distância que separa o país, e a região do fim em vista.

Assim, os indicadores são parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, sendo especialmente úteis para refletir sobre determinadas condições dos sistemas em análise normalmente são efetuados tratamentos aos dados originais, tais como médias aritméticas simples, medianas. Os indicadores, surgem neste âmbito os conceitos de sub-índices que constitui uma forma de agregação intermédia entre indicadores e índices e corresponde a um nível superior de agregação, onde após aplicado um método de agregação aos indicadores e/ou aos sub-índices é obtido um valor final).

Relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável proposto, consideram-se quatro categorias:

- Indicadores ambientais
- Indicadores económicos
- Indicadores sociais

Indicadores institucionais (compreendem a estrutura e funcionamento das instituições incluindo instituições clássicas; organizações não governamentais (ONG) e empresas).

Durante ao longo do período de sua história, o país foi uma típica colônia de exploração de Portugal, marcada por uma atividade econômica imediatista e ambientalmente devastadora. Tal exploração se deu inicialmente pela destruição dos ecossistemas existentes e, posteriormente, pela inclusão de espécies exóticas que se multiplicavam descontroladamente.

De acordo com a classificação de 1993 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), os indicadores ambientais podem ser

sistematizados pelo modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) que assenta em três grupos chave de indicadores:

- Indicadores de Pressão – caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidas por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental;
- Indicadores de Estado – refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/ tempo; são os indicadores de sensibilidade, de risco e de qualidade ambiental;
- Indicadores de Resposta – avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

Segundo este modelo que está previsto pelo Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS 2000) para aplicação em Portugal, as atividades humanas produzem emissões (ex. emissões de contaminantes) que podem afetar o estado do ambiente, o que leva a que a sociedade apresente respostas a esses problemas.

Este modelo considera que as atividades humanas nomeadamente a indústria e os transportes produzem pressões no ambiente, as quais vão degradar o Estado do ambiente, que por sua vez poderá atingir impactos na saúde humana e nos ecossistemas, levando a que a sociedade emita respostas através de medidas políticas, tais como normas legais, taxas e produção de informação, as quais podem ser direcionadas a qualquer compartimento do sistema. Os indicadores e os índices podem servir um conjunto alargado de aplicações consoante os objetivos em causa. Dessas aplicações podem destacar-se as seguintes:

- Atribuição de recursos – suporte de decisões, ajudando as decisões dos gestores na atribuição de fundos, alocação de recursos naturais e determinação de prioridades;
- Classificação de locais – comparação de condições em diferentes locais ou áreas geográficas;
- Cumprimento de normas legais – aplicação a áreas específicas para clarificar e sintetizar a informação sobre o nível de cumprimento das normas ou critérios legais;
- Análise de tendências – aplicação a séries de dados para detectar tendências no tempo e no espaço;
- Investigação científica – aplicações em desenvolvimentos científicos servindo nomeadamente de alerta para a necessidade de investigação científica mais aprofundada.

2.9 Indicadores de desempenho social

A dimensão social da sustentabilidade envolve os impactos organizacionais sobre os sistemas sociais onde a organização opera. O desempenho social das organizações pode ser avaliado através da análise dos impactos sociais ocasionados em níveis locais, nacionais e globais. A mensuração do desempenho social possui menos consenso do que a ambiental e a econômica. Através de um processo de consulta com várias partes interessadas a Global Reporting Initiative (GRI) selecionou alguns indicadores chaves para avaliação da performance social. Estes se baseiam, principalmente, pelas práticas trabalhistas, direitos humanos e outras questões que afetam os consumidores, a comunidade e outras partes interessadas da sociedade.

Muitos dos indicadores de desempenho social se diferem consideravelmente dos econômicos e ambientais, pois as questões sociais não são facilmente quantificáveis.

Portanto, a mensuração do desempenho social tende a ser de caráter mais qualitativo, pela qual envolve avaliações dos sistemas organizacionais e operações, incluindo as políticas, procedimentos e as práticas gerenciais. O guia de diretrizes propõe o relato, baseando-se nos indicadores, das seguintes categorias e aspectos sociais:

Práticas trabalhistas e docentes - os quais englobam o emprego, trabalho e relações de administração, saúde e segurança, treinamento e educação, diversidade e oportunidades;

Direitos humanos - que se compõe de estratégia e administração, não discriminação, livre associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho compulsório e forçado, práticas de disciplina, práticas de segurança, direitos indígenas

Sociedade - subdividida em comunidade, suborno e corrupção, contribuições políticas, competição e preço;

Responsabilidade sobre o produto - composto por saúde e segurança do consumidor, serviços e produtos, propaganda, respeito à privacidade.

Segundo a GRI, o guia com as diretrizes, ainda não apresenta todas as diversidades de opiniões sobre os indicadores sociais, pois estas questões são complexas e muitas vezes conflitantes. Portanto, torna-se necessário que as organizações consultem suas partes interessadas para relatarem o desempenho social de forma adequada.

2.10 Avaliação do desempenho ambiental: Norma ISO 14031

Segundo Tinoco e Kraemer (2011) a ISO 14000 foi fundada em 1946 para desenvolver padrões de industrialização de diversos produtos. Esses padrões foram estabelecidos para a segurança no comércio internacional de produtos. Não são padrões exigidos, mas vários países adotam.

Reconhecendo a necessidade de conciliar o processo de avaliação de desempenho ambiental e tornar as informações mais confiáveis e comparáveis, a International Standards Organization (ISO) 14000 está criando um conjunto de normas sobre Avaliação do Desempenho Ambiental, a norma ISO /DIS 14031, com diretrizes gerais para a avaliação, é uma norma que tem por objetivo a definição de um processo de Avaliação do Desempenho Ambiental dos Sistemas das Organizações e a ISO 14032 que contém exemplos.

As organizações utilizam os indicadores de avaliação de desempenho ambiental como forma de apresentar dados qualitativos e quantitativos, convertem dados selecionados em informações precisas em relação ao desempenho ambiental da empresa, das operações da empresa e condição ambiental. Essas avaliações ambientais são definidas pela ISO como processo facilitador de decisões de gestão relacionados ao desempenho ambiental.

De acordo com a norma ISO/DIS 14031 o desempenho ambiental de uma empresa deve ser medido por meio de indicadores que permitem determinar aspectos do desempenho ambiental e a qualidade do meio que a empresa se insere.

3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, teve sua origem com o objetivo de quantificar e aumentar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Ao longo dos séculos ela vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais.

Carvalho mostra a importância da contabilidade ambiental ao indicar que basta que se olhe para a devastação das riquezas, naturais do Brasil nesses últimos 500 anos, sem que registros tenham sido feitos nos anais contábeis das empresas ou mesmo dos governos, para que se note quão omissa tem sido a ciência em relação ao meio ambiente. (2012 p.101)

A contabilidade como ciência social é considerada um sistema de informações que tem como objetivo registrar, informar os fatos econômicos e financeiros do patrimônio da entidade, através de seus princípios, normas, e técnicas para que estas possam garantir sua continuidade.

A partir do contexto de contabilidade podemos definir contabilidade ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais), como o registro do patrimônio ambiental das entidades, tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, na identificação, mensuração e evidenciação.

Segundo Bergamini Jr. (1999, p.3) a contabilidade ambiental, pode ser entendido como:

A contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que: Os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas; e O desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

Atualmente a contabilidade ambiental é de grande importância para as empresas de um modo geral, a preocupação com o meio ambiente é uma questão mundial e se destaca também no mundo corporativo, que hoje tem um olhar muito mais aguçado para as questões socioambientais, atendendo as normas ambientais que começam a ser requeridas por órgãos governamentais.

A decisão de registrar os fatos contábeis relacionados ao meio ambiente não tem sido tomada unicamente pela entidade. Força externa a essa tem levado a identificar, mensurar, identificar, registrar e evidenciar essas relações. As informações prestadas pelas concorrentes têm levado as demais a também realizar e evidenciar ações na área ambiental. A sociedade tem reclamado uma postura ambientalmente correta de alguns segmentos corporativos. (Carvalho 2012, p. 113)

A mudança no olhar das empresas ocorre devido a pressão social, porém a contabilidade ambiental não é obrigatória no Brasil, mas hoje em dia a população está muito mais crítica e exigente na escolha de seus produtos e serviços, e uma empresa sustentável pode ser um grande diferencial competitivo nos negócios para construir uma boa imagem no mercado, geram valor para quem está próximo, conquistam resultados melhores. A responsabilidade social é uma questão de visão, estratégia e também de sobrevivência.

3.1 Desenvolvimento da Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental surgiu por volta de 1970 quando as entidades começaram a se preocupar e dar mais atenção aos problemas socioambientais, mas foi a partir de 1998 que ganhou força com a conclusão do relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de especialistas de contabilidade e relatórios ISAR (United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International of Accounting and Reporting).

A partir daí a contabilidade ambiental começou a se aprofundar através de estudos mais conscientes e assim buscar uma forma padrão para as práticas

contábeis, com o surgimento da contabilidade ambiental houve também a necessidade de novas demonstrações contábeis para suprir as informações ambientais.

Diante de um novo cenário nos deparamos com uma sociedade muito mais informada e consciente em relação ao meio ambiente e ao mundo corporativo, o que tem levado as entidades mudarem sua postura. A determinação da empresa em registrar os fatos contábeis vem dessa postura ambientalmente correta, levando a entidade a identificar, mensurar, registrar e evidenciar os fatos contábeis, lembrando que a maioria das demonstrações não são obrigatórias.

Com isso a contabilidade vem se adequando cada vez mais para conseguir suprir as necessidades dessa ciência social. A contabilidade já definiu os instrumentos necessários e suficientes para as demonstrações dos fatos que se relaciona com a empresa e no que diz respeito aos fatos ambientais não seria diferente. Os demonstrativos contábeis como: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração de lucros ou prejuízo acumulados, demonstração do valor adicionado balanço social, relatórios internos, notas explicativas, todos são instrumentos que devem viabilizar as informações dos fatos ambientais, tendo em vista que estes não são estranhos ao funcionamento da entidade: logo, assim como os demais, esses, também será evidenciados através dos instrumentos que já dispõe a contabilidade. (CARVALHO 2012, p.15)

A contabilidade ambiental ainda encontra muitos desafios pela frente, porém é cada vez mais necessária para as entidades. A conservação do meio ambiente faz com que a contabilidade, assuma controle em alguns pontos como o fornecimento de recursos mínimos e uso de materiais reciclados, processos produtivos e investimentos em imobilizado, com mínimo consumo de água por exemplo, característica do produto como embalagens e reciclagem.

O registro dos fatos é elemento indispensável para as atividades de planejamento e de controle na gestão desse patrimônio. As novidades trazidas pela contabilidade ambiental estão na definição de custos, despesas operacionais e

passivos ambientais, também na forma de mensuração do passivo ambiental, utilização de notas explicativas, divulgação de relatórios ambientais e uso de indicadores de desempenho ambiental.

A contabilidade ambiental é muito importante e útil para o processo decisório das entidades, está presente na gestão ambiental e seu controle, visa reduzir custos e despesas operacionais, pode levar a empresa a controlar mais os riscos ambientais, sob pena de multa e indenização, a empresa está cada vez mais submetida a pressões externas. A empresa precisa entender porque precisa de um sistema de contabilidade ambiental e que resultados espera obter.

3.2 Operacionalização da Contabilidade Ambiental

Ao longo da execução das atividades produtivas, administrativas, econômicas e comerciais inerentes ao funcionamento de uma empresa, o patrimônio sofre inúmeras mutações em sua composição, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa. Estas alterações são identificadas e monitoradas sistematicamente através do lançamento dos fatos responsáveis por estas mutações ocorridos em seu âmbito.

Segundo Tinoco e Kraemer (2011) os lançamentos contábeis podem ser realizados de diversas maneiras, desde procedimentos manuais até a utilização de softwares especialmente desenvolvidos para esta finalidade. Todos os lançamentos relacionados a estas modificações ocorridas no patrimônio devem ser efetuados de acordo com critérios padronizados e procedimentos previamente definidos. A contabilidade ambiental busca dar maior visibilidade para os registros contábeis inerentes às atividades que geram impactos sobre o meio ambiente. Desta forma, os lançamentos contábeis não são importantes apenas para atender à função de acumulador de registros, mas também para gerar informações que sejam úteis para os diversos usuários da contabilidade ambiental a partir de sua escrituração.

Os diversos registros destacados pela contabilidade ambiental devem representar todas as categorias de fatos contábeis ocorridos em relação ao

desenvolvimento de suas atividades operacionais e não-operacionais, onde cada um deles deve estar relacionado a uma forma específica de interação com o meio ambiente sendo unidades referenciais denominadas contas.

A contabilidade ambiental busca apresentar um maior destaque às contas que contemplem fatos contábeis relevantes para a gestão ambiental. Os principais critérios utilizados para a elaboração de um plano de contas que auxilie a contabilidade ambiental são:

- A estrutura do plano de contas deve ser específica para cada organização;
- A hierarquia do plano de contas deve ser ilustrada através de um sistema de classificação baseada em códigos próprios;
- A classificação deve ser construída a partir das características mais gerais dos grupos de contas até as especificidades inerentes a cada uma delas;
- As informações geradas a partir do plano de contas devem estar de acordo com as necessidades dos usuários;
- As denominações contidas no plano de contas devem identificar facilmente os elementos patrimoniais;

3.3 Gastos Ambientais

Ao longo da execução atividades produtivas, administrativas, econômicas e comerciais inerentes ao funcionamento de uma empresa, diversos sacrifícios financeiros são efetuados para a obtenção de produtos e serviços, que podem estar relacionados à geração de receitas ou não. Estes sacrifícios financeiros são denominados gastos. Os gastos ambientais são aqueles gastos que, direta ou

indiretamente, estão associados ao meio ambiente, produzindo impactos presentes ou futuros.

Os gastos e o custos em proteção ambientais incluindo redução da poluição e de resíduos, monitorização da avaliação ambiental, tem aumentado rapidamente com a crescente e mais exigência de regulamentação ambiental decorrente da vigília crescente da sociedade.

Para Tinoco e Kraemer (2011, p.55), a

Contabilidade ambiental destaca os gastos ambientais decorrentes das atividades operacionais das empresas em função da preocupação com o meio ambiente, abordando os eventos ambientais do processo produtivo, bem como medidas preventivas que contribuam para a imagem perante a opinião pública.

A preocupação com o dano ambiental atualmente ultrapassa fronteiras de um Estado, que antes agia isoladamente, e passa a ser uma preocupação em nível global, tendo em vista que o efeito sistêmico de um dano causado ao meio ambiente alcança vários prismas, desde o ambiental propriamente dito, até o econômico, social, individual e moral do homem (BRAGA, 2013). Os gastos ambientais podem ser classificados a partir de diversos referenciais, apresentando quatro modalidades principais, que são:

- Quanto à motivação;
- Quanto à natureza;
- Quanto à abrangência;
- Quanto à intenção.

Quanto à motivação: esta classificação que se refere à identidade do fato gerador da ação empresarial voltada para o meio ambiente, nas seguintes modalidades:

a) Voluntários: são os gastos ambientais que estão vinculados a iniciativas próprias da empresa considerando fatores ambientais como parâmetro de decisão para a realização do gasto;

b) Involuntários: são os gastos ambientais que estão vinculados a imposições externas relativas a exigências legais, técnicas, éticas ou sociais sobre questões ligadas ao meio ambiente como parâmetro de decisão para a realização do gasto.

Quanto à natureza: esta classificação que se refere à característica da atividade executada no âmbito da empresa em relação à sua atividade.

a) Operacional: estes gastos ambientais estão relacionados aos procedimentos e operações executadas para a fabricação dos produtos ou prestação de serviços inerentes à atividade-fim da empresa;

b) Não-operacional: são os gastos ambientais que estão vinculados às demais atividades realizadas no âmbito da empresa (administrativas, comerciais, etc.) e que não estão relacionadas às atividades de fabricação dos produtos ou prestação de serviços.

Quanto à abrangência: esta classificação que se refere ao âmbito do impacto decorrente dos gastos ambientais realizados direcionados para a questão ambiental, nas seguintes modalidades:

a) Internos: são os gastos inerentes a eventos ambientais decorrentes de acidentes, falhas ou panes ocorridos no âmbito da empresa que tenham demandado reparos, bem como outras formas de ações internas corretivas;

b) Externos: são os gastos decorrentes de eventos ambientais associados a acidentes, falhas ou panes ocorridas em função das atividades desenvolvidas pela

empresa que tenham provocado danos ao meio ambiente e demandem reparos, recuperação.

Quanto à intenção: esta classificação que se refere aos caracteres contingenciais organizacionais relacionados aos diversos gastos ambientais, a saber:

a) Preventivos: são os gastos ambientais direcionados para a execução de atividades proativas tomadas para evitar, inibir ou reduzir riscos associados a acidentes ambientais potenciais antecipadamente identificados;

b) Corretivos: são os gastos ambientais direcionados para ações corretivas sobre acidentes, falhas ou panes.

3.4 Balanço Social

O balanço social nada mais é que a prestação de contas da empresa à sociedade, evidenciando através de demonstrações monetárias, deixando clara a contribuição das empresas em benefício da sociedade.

A utilização do balanço social não é importante para as empresas apenas pelo caráter ambiental, pois muitas usam esse recurso como marketing próprio, tornando-os assim mais atrativos que outros produtos similares no mercado.

Os ativos ambientais correspondem a tudo que a empresa possui que sirva para a proteção, preservação ou recuperação ambiental, e os passivos ambientais são relacionados a financiamentos específicos vinculados ao meio ambiente, além disso, temos os custos ambientais que estão relacionados às práticas adotadas para a confecção de seus produtos.

Apesar dos benefícios trazidos para as empresas, a contabilidade ambiental ainda está em crescimento no Brasil. Deve-se atentar para este tipo de contabilidade, pois além de proteger o meio ambiente, é também uma importante ferramenta de marketing e conscientização da sociedade que participa, vivencia e cobra cada vez mais o processo ecológico na produção de produtos e na prestação de serviços sendo até, muitas vezes, mais lucrativos para o próprio empresário.

3.5 Vantagens da Contabilidade Ambiental

Devido a crescente escassez de recursos naturais e da degradação da natureza, ficou mais evidente discutir medidas necessárias à reversão deste cenário.

A utilização irresponsável de meios naturais para a produção de bens e serviços, além dos danos ambientais óbvios, provocou de certa forma o repúdio da sociedade e dos consumidores.

Economicamente, a gestão ambiental não precisa ser encarada como um custo a mais, mas uma ótima oportunidade de demonstrar a responsabilidade social e melhorar a imagem da empresa em si, conseqüentemente gerar um saudável ciclo de lucros sustentáveis a médio e longo prazo.

Poderíamos enfatizar as seguintes vantagens da utilização da contabilidade ambiental:

- Identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos;
- Permite reduzir gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não; Gera informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais;
- A publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público;
- A contínua correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físicos - contábeis, contribui para a sociedade como um todo, pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

3.6 Ativo Ambiental

Todos os recursos utilizados por uma organização com a finalidade de controlar o impacto ambiental, preservar e recuperar o meio ambiente, se enquadrando também neste critério as máquinas, os equipamentos e todos os insumos utilizados neste processo. Cada organização possui um tipo de ativo ambiental diferente, pois os possíveis danos ambientais e modo de prevenção são diferentes de acordo com cada processo de produção.

De acordo com o Instituto dos Auditores do Independente do Brasil (IBRACON) NPA 11 - compõem os ativos ambientais:

O imobilizado no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental, os estoques, quando relacionados com insumos do processo de eliminação dos níveis de poluição; componentes representados por empregos e impostos gerados; e obras de infraestrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas, que busquem o desenvolvimento e a valorização da região e que, eliminando o passivo ambiental, a empresa produz ativos no local

Hendriksen e Breda (1999, p. 283) definem ativo ambiental como:

Ativos são benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados. Identificam três características essenciais dos ativos: um benefício futuro provável, posse, propriedade e/ou controle e fator de exclusão.

Para os autores, a característica de consequência de transações ou eventos passados não é adotada para a conceituação de ativo.

3.7 Passivo Ambiental

São obrigações de curto e longo prazo, que são resultados de impactos ambientais, que é destinada única e exclusivamente para a redução destes impactos. Além de dívidas contraídas para preservação do meio ambiente, multas e

indenizações o passivo ambiental pode ser decorrente de atitudes positivas da empresa, como a contratação de pessoas para gerir um projeto ambiental.

Entende-se que o passivo está no futuro, originado por um fato gerador passado ou presente decorrente de uma dívida efetiva ou de um ato futuro. Esse tipo de composição para as exigibilidades ambientais também é aplicável, tendo em vista o enfoque ético da sustentabilidade. (IUDÍCIBUS 2004, p.43)

Exemplos de Passivo Ambiental:

- O acidente no Alaska (EUA) com o petroleiro Valdez, cujos gastos foram assumidos pela Exxon;
- O caso da Petrobras na década de 80, no qual a região de Cubatão, no interior de São Paulo, foi seriamente afetada pelo vazamento de óleo que culminou com a explosão de várias moradias;
- Em janeiro de 2000, o vazamento nas instalações da mesma empresa que provocou o derramamento de milhares de litros do óleo no mar na Baía de Guanabara, causando a morte de várias espécies de aves e peixes, além de afetar seriamente as populações locais que viviam da atividade pesqueira.

3.8 Receitas Ambientais

Quando se trata de receita ambiental, estamos nos referindo a tudo aquilo que é resultado das atividades da empresa, ou seja, retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, demonstrando a parte positiva nos demonstrativos resultados. O objetivo principal da receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil, pois o objetivo de gestão ambiental é desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais.

A receita ambiental decorre de prestação de serviço especializado em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de

insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água. (TINOCO; KRAEMER,2011 p. 165),

Portanto o objetivo das receitas ambientais não é gerar lucro, e sim ter um controle responsável de produção. Porém, a partir da implantação de sistemas que valorizam o meio ambiente, a geração de receitas ocorre de forma natural, pois, com um produto de melhor qualidade, os consumidores compram mais, aumentando a demanda e, por consequência, o lucro. Um exemplo a citar é o aproveitamento de produtos e embalagens para vender, como reciclados. A receita ambiental tem origem na remuneração pela prestação de serviços de conservação de áreas naturais, em decorrência de programas de estímulo à preservação dos recursos naturais. O reconhecimento dessas receitas deve se dar à medida que o serviço seja prestado. As vendas de resíduos decorrentes do processo produtivo, destinadas à reutilização e/ou reciclagem são consideradas Receitas Para o Meio Ambiente e devem ser evidenciadas em notas explicativas, visando tornar transparentes as ações proativas realizadas pela entidade. As receitas ambientais devem ser segregadas na demonstração de resultado do exercício do período em que ocorrerem, assim como as demais receitas da entidade, a receita ambiental deve ser reconhecida na data de realização. (TINOCO, KRAEMER, 2004 p.187-)

O pronunciamento CPC - Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, define receita como “aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade. Para reconhecer uma receita ambiental convém distingui-la das demais receitas. Nesse sentido, Tinoco e Kraemer (2004)mencionam que as receitas ambientais decorrem de diversas formas.

As receitas ambientais podem ser:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;

- Venda de produtos elaborados com sobras de insumos do processo produtivo;
- Venda de produtos reciclados (os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras empresas, como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo) grifos nosso;
- Receita de aproveitamento de gases e calor;
- Redução do consumo de matérias-primas;
- Redução do consumo de energia;
- Redução do consumo de água;
- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Deve-se considerar, também, o ganho de mercado que a empresa passa a auferir a partir do momento em que a opinião pública reconhece sua política preservacionista e dá preferência a seus produtos. O reconhecimento de uma receita ambiental implica em separá-la de uma receita operacional e salientam que “tanto a receita ambiental quanto a receita operacional podem ser geradas por meio da atividade-fim da empresa. Para distinguir essas duas receitas, os autores recorrem que atesta “a receita ambiental provém da atividade ambiental da entidade, que está diretamente vinculada á atividade operacional. Para ilustrar um caso de receita ambiental, como exemplo uma indústria moveleira que tem como atividade operacional o beneficiamento e a industrialização de madeira e demais matérias primas para fabricação de móveis. Na exploração da atividade operacional haverá geração de resíduos, que se transformarão em receita ambiental com sua posterior venda. Neste caso, como explicam os autores, “a receita ambiental não provém da atividade-fim, mas está diretamente vinculada a ela”.

3.9 Auditoria Ambiental

A auditoria ambiental surgiu nos anos 80, nos Estados Unidos, vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 90 e está crescendo cada vez mais. Na maioria das vezes, a auditoria ocorre em processos de compra e venda de empresas, ou é incorporada nas atividades das multinacionais que querem mostrar para os acionistas e para o consumidor como ela está nesta questão. Estas geralmente têm o seu próprio auditor ambiental interno, que no caso é um gerente ou qualquer outro profissional que fez curso de auditoria e está treinado para descobrir no dia-a-dia da empresa não conformidades ambientais ou melhorias. Ele deve identificar problemas, como por exemplo: lata de tinta virada no solo, objeto com óleo sendo lavado na pia, etc.

A auditoria ambiental é uma ferramenta para as empresas descobrirem os problemas ambientais que possam ter e a oportunidade de melhoria, respondendo a questões que envolvem resíduos, emissão atmosférica, efluentes, consumo de energia, aspectos legais, entre outros.

Para uma situação formal, ele precisa contratar um auditor externo, a vantagem para a empresa que tem este profissional é que ela passa, a saber, o que tem que ser feito para a produção continuar operando, de acordo com aspectos legais e ambientais.

A auditoria ambiental é o retrato do desempenho ambiental da empresa em um determinado momento, ou seja, verifica se até aquele ponto a empresa está atendendo os padrões ambientais estabelecidos pela legislação ambiental vigente. A auditoria ambiental visa principalmente verificar o sistema de gestão ambiental de uma organização, constitui uma ferramenta essencial ao processo de eliminação dos impactos ambientais negativos causados pelas atividades, produtos e serviços disponibilizados pelas organizações. Através do caráter investigativo, a auditoria ambiental assegura que as medidas de prevenção, recuperação e monitoramento formalizadas pela empresa estejam sendo efetivamente praticadas.

Pode-se inferir, também, que a auditoria ambiental tem a função de verificar se os passivos ambientais estão sendo evidenciados pelas organizações. Essa conduta, permite que investidores e acionistas tenham condições de avaliar o passivo ambiental das organizações a fim de realizarem projeções a longo prazo, ensejando delinear o campo de atuação da auditoria ambiental, correlaciona essa com a auditoria e também com a auditoria contábil.

Levantar o passivo ambiental, eventualmente existente, seja de ordem meramente administrativa, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, seja judicialmente, caso já haja alguma demanda civil de natureza indenizatória ou mesmo penal contra os administradores ou contra a própria pessoa jurídica responsável. (ABRAHAM, 2008, p. 259).

Por essa definição, constata-se que a auditoria ambiental tem como diferença básica da auditoria financeira o seu objeto de análise. Enquanto que a financeira trata de avaliar a veracidade de todas as informações divulgadas através das demonstrações contábeis, elaboradas pelas empresas, o objeto de análise da auditoria ambiental será o desempenho das medidas de gestão ambiental tomadas para salvaguardar o meio ambiente da ocorrência de impactos ambientais negativos. Embora grande parte das organizações institucionalize a auditoria ambiental com o propósito principal de atender às exigências legais, essa apresenta outras utilidades que agregam maior valor, não somente para a organização, como para o meio no qual encontra-se inserida. A implementação da auditoria ambiental faz com que a empresa adote uma postura proativa, otimizando a utilização dos recursos naturais, ou seja, consumindo o mínimo de recursos e gerando o menor impacto ambiental possível operando com a mesma eficácia.

O setor privado utiliza sete tipos de auditoria ambiental:

Auditoria de Conformidade Legal (Compulsória): avalia a adequação da empresa às normas ambientais aplicáveis a sua área de atuação. Normalmente é utilizada como preparação para requerimento de licenças ambientais ou forma de prevenção para multas;

Auditoria de Avaliação de Desempenho: tem como objetivo avaliar a empresa com base em indicadores ambientais, como o consumo de água, energia, geração de resíduos e etc.;

Auditoria de Descomissionamento: tem como finalidade a verificação de riscos para a população ou o meio ambiente após o fechamento de algum tipo de indústria; Auditoria de Responsabilidade: serve para investigar a existência de passivos ambientais que podem interferir em um processo de compra e venda de alguma organização;

Auditoria de Cadeia Produtiva: auditoria realizada em toda a cadeia produtiva de um determinado produto incluindo os serviços relacionados;

Auditoria Pós-acidente: tem como objetivo verificar as causas, responsáveis e a possibilidade de recorrência de acidentes ambientais;

Auditoria de Sistema de Gestão: são realizadas para adequar, certificar ou verificar o atendimento da empresa aos requisitos de determinado sistema de gestão ambiental.

Aplicações e Vantagens da Auditoria Ambiental

- Melhoria do controle da poluição nas empresas;
- Verificação das condições da empresa em relação à legislação ambiental;
- Substituição parcial do governo na fiscalização ambiental;
- Avaliação dos riscos existentes e da vulnerabilidade da empresa, assim como identificação dos riscos antecipadamente;
- Priorização de atividades e verbas para o controle ambiental;
- Dotação adequada de verbas para o controle ambiental;
- Verificação da condição ambiental de unidades a serem adquiridas e avaliação de alternativas de crescimento;

- Corte de gastos desnecessários, favorecendo ações econômicas e eficazes, reduzindo desperdícios;
- Melhora no relacionamento empresa-governo e vice-versa;
- Atendimento à legislação de forma sistemática e consistente, com resposta imediata às novas exigências legais;
- Fornecimento de uma terceira visão do problema ambiental (do auditor);
- Maior credibilidade e maior flexibilidade nas exigências da fiscalização
- Proteção e melhoria da imagem da empresa junto à comunidade;
- Gestão e Gerenciamento.

3.10 Formas de evidenciação e objetivos

A evidenciação está relacionada a divulgação de todas as informações contábeis por parte das empresas, sejam positivas ou negativas que tenham relevância para os usuários dessas informações. Ao evidenciar um fato contábil são feitos alguns questionamentos, como a quem deve ser revelada a informação, qual o propósito da informação e qual a extensão a quem se deve revelar.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), reconheceu a necessidade de prover os usuários de informações das companhias abertas de informações mais adequadas em, seu Parecer de Orientação nº15, de 28/12/1987 que recomenda as divulgações em seu relatório da administração como a, descrição dos negócios, produtos e serviços; comentário sobre a conjuntura econômica geral; recursos humanos; investimentos; pesquisa e desenvolvimento; novos produtos e serviços ; proteção ao meio ambiente; reformulações administrativas; investimentos em controladas e coligadas; direitos dos acionistas e dados de mercado; e planos em curso e os futuros; empresas investidoras e considerações finais.

O Parecer de Orientação nº15/87 sugere uma nota no relatório da administração, quanto aos investimentos relacionados ao meio ambiente, mas não os detalha, de modo que a CVM vem incentivando a divulgação voluntária de informações sociais, em 1992 apoiando a divulgação da DVA, por Parecer de Orientação CVM nº24/92.

No Ofício circular CVM/SNC/SEP/ nº01/00, a CVM propôs a utilização de modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da USP (FIPECAFI), e incluiu no anteprojeto de reformulação da Lei nº6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação do valor adicionado e informações sociais e de produtividade.

No conceito responsabilidade e balanço social no Brasil o Conselho Federal de Contabilidade, o (CFC) editou a Resolução Nº1.003 de 19/08/2004, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade, a NBCT 15 – que trata de Informações de Natureza Social e Ambiental, que entrou em vigor em 2006.

Esta Norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

O Conselho Federal de Contabilidade estabelece por informações de natureza social e ambiental a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o meio ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Recentemente a Lei nº11.638 de 28/12/2007 alterou dispositivos da lei nº6.404/76, instituindo a obrigação das empresas de capital aberto em elaborar a demonstração do valor adicionado (DVA), bem como a demonstração dos fluxos de caixa para empresas de grande porte.

Esta iniciativa foi um grande passo do CFC para conscientização das empresas e da população em geral a respeito de preservação do meio ambiente

Quando a empresa passa a valorizar sua relação com causas socioambientais e toma medidas preventivas, sua imagem pública passa a ter um conceito diferenciado e valorizado.

O principal objetivo é divulgar de maneira clara e objetiva o desempenho da empresa em termos financeiros, ambientais, econômicos e sociais. Todos os relatos devem ser verídicos para que os Stakeholders possam saber a real situação da companhia.

3.10.1 Divulgação Ambiental

Empresas tem evidenciado seu desenvolvimento em questões ambientais, que através da elaboração do balanço social vai apresentar as demonstrações contábeis, visando a preservação do meio ambiente no relatório da administração, em anexo à publicação das demonstrações contábeis. A divulgação social ou ambiental é um método para explicar as políticas de Responsabilidade Social Corporativa e para assumir a responsabilidade por ações éticas, sociais e ambientais.

Com essas medidas, a divulgação da informação ambiental de qualidade pode ser consequência da melhoria no desempenho ambiental das entidades e para evidenciar aos stakeholders que as entidades atendem às determinações governamentais, de organismos ligados à regulação do desempenho ambiental e que se preocupam com a sustentabilidade e com os recursos ambientais.

3.10.2 Relatórios Ambientais

Os relatórios ambientais ou socioambientais são meios que as empresas adotam para descrever e divulgar seu desempenho ambiental, reflete todas as conclusões apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental, como riscos, políticas,

estratégia, alvos, custos, despesas, receitas, passivos e outras informações importantes para o desempenho ambiental. Deve ser elaborado de forma objetiva e possível de se compreender, ilustrado por mapas, quadros, gráficos, enfim, por todos os recursos de comunicação visual, permitindo para os usuários externos e internos informações para a visibilidade das práticas ambientais da empresa.

O relatório de impacto ambiental (RIMA) deve reproduzir as conclusões do estudo do impacto ambiental (EIA) como é destinado à informação e ao esclarecimento do público comum (leigo), principalmente aos moradores da área de influência do empreendimento, ele deve ser redigido em linguagem clara e objetiva e informar os impactos positivos e negativos que a implantação do empreendimento terá sobre o meio ambiente natural, social e cultural.

A GRI é uma das poucas iniciativas em nível mundial ao estabelecer algumas diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. De acordo com a GRI, o conteúdo do relatório de sustentabilidade compõe – se das seguintes diretrizes principais:

- Declaração do presidente
- Perfil da organização relatora
- Documento síntese indicadores de referência:
- Visão e estratégica
- Políticas, organização e sistema de gestão
- Desempenho

A GRI (Global Reporting Initiative) foi lançada em 1997 através de uma iniciativa conjunta entre a organização não governamental CERES (Coalition for Environmentally Responsible Economies) e com o Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environment Programme - UNEP). A GRI está sediada em Amsterdã, na Holanda. Em 2002 a GRI se tornou uma instituição independente, na qual, atualmente, é colaboradora da UNEP, em cooperação com o Global Compact.

A GRI tem como visão e missão a ajuda no preparo, na comunicação e na obtenção de informações que auxiliem as organizações no desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade corporativa. Busca, ainda, melhorar a qualidade, o rigor e a utilidade destes relatórios, harmonizando as informações econômicas, ambientais e sociais, através de um suporte ativo de engajamentos vindos de várias partes interessadas.

Juntas, elas têm desenvolvido, ao longo dos anos, uma tentativa para padronizar globalmente os relatórios de sustentabilidade corporativa. A GRI tem procurado encorajar a utilização de seu guia, Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Sustainability Reporting Guidelines), por todas as organizações no planeta.

3.10.3 Usuários de informações ambientais

Cada vez mais os usuários requerem informações não só econômicas e financeiras, mas também sociais e ambientais. Os quatro principais usuários e seus potenciais destacam interesses pelas informações ambientais nos seguintes relatórios:

A) Credores

São mencionadas três maneiras em que as oportunidades e riscos podem ser transferidos para um credor, por isso há a necessidade de informações ambientais:

- Aumento de risco de crédito devido as multas punitivas por violações ambientais ou trabalhos de recuperação, aumento dos custos para conter a oposição da opinião publica; perda de negócios pela inability de se adequar as normas ambientais exigidas por demandas de clientes o que leva a uma incapacidade para pagamento de seus empréstimos.

- Risco de determinação do valor da empresa, devido a contaminação de terras; obsolescências de inventários ou equipamentos pela introdução de novas leis e normas ambientais;
- Risco de obrigação direta, em que a legislação responsabiliza as instituições financeiras diretamente pelos danos ambientais associados com os clientes.

B) Companhias Seguradoras

O interesse das companhias seguradoras por informações ambientais é muito influenciado pelos possíveis custos para limpeza de locais contaminados por resíduos e poluição ambientais, principalmente nos Estados Unidos da América.

Um tipo de seguro que vem tomando forma mundialmente é o seguro ambiental.

Essa modalidade necessita de informações sobre a responsabilidade e o nível de risco a que as empresas estão expostas, principalmente para definir a aceitação da proposta, bem como o valor do prêmio do seguro.

C) Investidores e gestores de fundos ambientais

Embora a prática de investimento em empresas ou fundo usando critérios ambientais seja mais recente, Skillius e Wennberg destacam que a realização de investimentos já teve seus momentos de resguardo por volta de 1920, quando as instituições religiosas evitavam aplicações em "ações de pecado", como empresas ligadas ao álcool e ao tabaco. Hoje são vários os fundos que utilizam critérios ambientais na escolha de seus capitais.

D) Analistas financeiros

Ao analista financeiro interessam as informações que lhe permitam avaliar o status ambiental da empresa com base em sua estrutura legal atual e futura. A avaliação varia de acordo com o setor industrial e sua exposição ao risco ambiental. Em geral, os analistas financeiros recomendam fundos a seus clientes.

Evidenciação de informações financeiras conforme o ISAR

O Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) recomenda a estrutura de evidenciação de informações ambientais, no relatório financeiro anual.

4 NATURA COSMÉTICOS

Desde a sua fundação, em 1969, contando com um laboratório e uma pequena loja na cidade de São Paulo, a Natura já era movida por duas paixões fundamentais: pela cosmética como veículo de autoconhecimento e de transformação na vida das pessoas; e pelas relações, cujo encadeamento permite a expressão da vida.

Na trajetória da Natura, um dos pontos fortes do êxito está na opção feita em 1974, pela venda direta. Surgiram assim, as consultoras natura, participantes de um sistema hoje vitorioso não só no Brasil como nos outros países nos quais a companhia mantém operações. Com elas e com lançamentos de produtos inovadores, a Natura tem conseguido avançar mesmo em períodos adversos da economia. Nos anos 80, por exemplo, em plena "década perdida" no Brasil, a companhia cresceu mais de 30 vezes em faturamento.

Fortalecida, a Natura entrou em um novo ciclo de crescimento, e no fim da década de 80, promoveu uma ampla reorganização. Novas empresas, que entre 1979 e 1981 tinham se agregado ao grupo, fundiram-se em 1989. Em seguida, no início da década de 90, a Natura explicitava suas crenças e razão de ser, formalizava seu compromisso social e preparava-se para a abertura do mercado brasileiro às importações.

A expansão prosseguiu aceleradamente e, em 1994, a Natura dava início à internacionalização, com presença na Argentina, no Chile e Peru, países nos quais estabeleceu centros de distribuição e trabalhou na formação de consultoras. Novos negócios seriam acrescentados com a aquisição, em 1999, da Flora Medicinal, tradicional fabricante nacional de fitoterápicos.

Em 2000, inicia-se o terceiro ciclo na vida da empresa, uma fase de investimentos em infraestrutura e capacitação, com a construção do espaço natura, um importante centro integrado de produção, logística, pesquisa e desenvolvimento de cosméticos, inaugurado em 2001, e o lançamento da linha Ekos, com produtos que incorporam ativos da biodiversidade brasileira obtidos de forma sustentável.

4.1 Visão de sustentabilidade da empresa Natura

A empresa Natura Cosméticos, defende em sua filosofia a responsabilidade socioambiental, com produtos inspirados em fórmulas e embalagens inovadoras, tem divulgado seus princípios e valores que tem estimulado reflexões no processo de desenvolvimento até chegar ao público criando assim uma imagem de marca solidária, responsável social e ambientalmente.

A empresa em geral tem a ambição de crescer, aumentar seu lucro e gerar valor para os acionistas, porém para a Natura Cosméticos isso deve ser feito de maneira virtuosa, criando riqueza também para a sociedade. A visão de sustentabilidade busca transformar a Natura em uma empresa geradora de impacto positivo, e sua atuação ajudará a tornar o meio ambiente e a sociedade melhores.

A Natura Cosméticos pretende crescer de maneira sustentável, gerando impacto econômico, social e ambiental, expandindo seu potencial de empresa geradora de mudança cultural e educacional, colaborando para o fortalecimento de valores, de uma conduta ética e transparente em favor do bem comum.

Nesse propósito a empresa Natura estabelece metas a serem alcançadas até 2020, dentro dessa visão a natura assina o compromisso de desenvolver produtos com baixo impacto durante todo o ciclo de vida, evoluindo para atingir um impacto positivo.

A visão de sustentabilidade da Natura Cosméticos está estruturada em 3 Pilares interdependentes como Marcas e Produtos, Nossa Rede e Gestão e Organização.

Marcas e Produtos: as expressões de nossas marcas e submarcas estimularão a emergência de novos valores e comportamentos necessários à construção de um mundo mais sustentável, assim como buscarão a vanguarda e pioneirismo em inovação a partir de tecnologias sustentáveis.

Produção e Distribuição: atuaremos por meio de um modelo de produção e distribuição eco efetivos com foco no desenvolvimento local e na geração de impacto socioambiental positivo em nossa cadeia de valor.

Nossa Rede: contribuiremos positivamente para o desenvolvimento humano e social de nossa rede de relações e fomentaremos ações de educação e empreendedorismo por meio de plataformas colaborativas.

Gestão e Organização: a gestão integrada dos aspectos financeiro, social, ambiental e cultural estará incorporada na cultura organizacional e em todos os processos da Natura. Nossas práticas serão de vanguarda e fonte de inspiração em comportamento empresarial. Através de nosso comportamento, posicionamentos e propostas, queremos dialogar com a sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento, valorizando sua diversidade. (Natura 2015)

A empresa Natura, é maior multinacional brasileira de cosméticos e pioneira em produção sustentável, a Natura é uma das vencedoras do prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) Campeões da Terra 2015, na categoria Visão Empresarial.

A Responsabilidade e o respeito ao meio ambiente fazem parte do compromisso da Empresa Natura que visa construir um ambiente empresarial e social, através de relações humanas, com sua economia voltada para a geração de impactos positivos. Tem um papel fundamental em nome da ética, com transparência, buscando o lucro, mas com base na sustentabilidade.

4.2 Contabilidade ambiental e a Sustentabilidade aplicada a empresa Natura

A sustentabilidade aplicada aos negócios da Natura configurou-se em vantagem de mercado e construiu uma imagem sólida e responsável da empresa, pois a responsabilidade social, a prosperidade econômica e o cuidado ambiental estão claramente relacionados a cultura, valores e missão da organização. Não se

trata de uma estratégia midiática e ações isoladas. O conceito sustentável está inserido e integrado a todo o processo produtivo, ou melhor, da produção a destinação final ou reciclagem, criando desta forma, uma relação de solidez e confiabilidade com o cliente.

Foram contabilizados o uso e a poluição da água, a emissão de gases de efeito estufa, a geração de resíduos sólidos, a emissão de poluentes no ar e o uso da terra. Para calcular os efeitos ambientais da atividade da Natura, a metodologia considera os tipos de insumos, o portfólio de produtos e as regiões onde eles são vendidos.

Segundo, relatório NaTURA (2015) índices expostos em balanço patrimonial chega ao final do exercício de 2015, com indicadores apresentados em balanço contábeis desenvolvimento e lucro, tendo uma receita bruta consolidada de 5 14.3%, na Receita Líquida que correspondeu a 7,8 bilhões, o lucro líquido totalizou 513 milhões com a redução de 29,9% se comparado a 2014. Para as comunidades fornecedoras foi distribuído um total de 6.374 milhões, já em 2014 o valor foi de 5.989 milhões.

4.3 Resultado sobre o meio ambiente – Reconhecimento

Multinacional brasileira está pela segunda vez na lista global das Empresas B certificadas que criam o maior impacto ambiental positivo

A Natura foi reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas Melhores para o Meio Ambiente, em avaliação realizada pela B Lab – organização independente e sem fins lucrativos que reúne Empresas B (B Corps) de todo o mundo.

As Empresas B, certificadas por um processo estabelecido pela B Lab, formam uma rede global de organizações que associam crescimento econômico ao desenvolvimento socioambiental. A Natura foi a primeira empresa de capital aberto

do mundo a receber o selo, em dezembro de 2014, e formalizou sua missão de gerar impactos social e ambiental positivos em seu estatuto.

A lista de Melhores para o Meio Ambiente apresenta os negócios com as maiores pontuações na avaliação de impacto ambiental das mais de 1,8 mil Empresas B certificadas. A análise do desempenho ambiental das empresas levou em conta suas instalações, materiais, emissões e o uso de recursos e energia. Foram considerados os modais de transporte e distribuição utilizados e o impacto ambiental de suas cadeias de fornecimento. A avaliação também mediu se os produtos ou serviços de uma empresa são projetados para solucionar uma questão ambiental.

A Natura foi a primeira empresa da América Latina a contabilizar o impacto de seus negócios no meio ambiente e na sociedade, por meio da metodologia internacional ganhos e perdas ambientais, conhecida em inglês como EP&L. Foi realizada uma análise profunda de todas as etapas de vida dos produtos da empresa, desde a extração da matéria-prima, passando por fabricação, transporte, uso e descarte dos materiais. O levantamento, divulgado em 2016, confirmou o impacto positivo de iniciativas adotadas pela companhia, como o programa de redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa e o uso de ativos da biodiversidade amazônica em seus produtos e identificou os impactos que ainda precisam ser neutralizados.

4.4 Produtos

Em 1983 a Natura passou a oferecer produtos com opções em refil, cuja massa média é 54% menor que a da embalagem regular, o plástico usado no refil é reciclável e pode se transformar em novos produtos. Com isso ajudaram a promover o consumo consciente dos recursos do planeta.

Tabela Ambiental: traz informações sobre o impacto ambiental de cada item. Veja um exemplo de informações ambientais em um produto e o significado de cada item.

Tabela 1 – Tabela Ambiental

informações ambientais (exemplo)*	
produto	
origem vegetal renovável	53,5%
vegetal natural	42,2%
com certificação de origem	0%
embalagem	
material reciclado	25%
material reciclável	85,7%
número recomendado de refilagens	3

FONTE: (NATURA).

Origem vegetal renovável - 53,5% Corresponde a toda parte da formulação que teve como origem fonte vegetal. Como "origem" compreende-se tanto as substâncias naturais como também a parte vegetal das substâncias sintéticas. O cálculo é feito em base seca, isto é, excluimos a água dos cálculos, pois grande parte dos produtos cosméticos possui muita água, o que melhoraria o índice.

Vegetal natural - 42,2% Corresponde a toda parte da formulação que teve sua origem de fonte vegetal e que não sofreu modificações em processos químicos. Assim, todo vegetal natural também é de origem vegetal.

Com certificação de origem - 0% Corresponde a toda parte da formulação que teve sua origem certificada. Certificação significa que um órgão externo comprovou que a origem daquela substância é sustentável e que o cultivo é feito de forma adequada, com boas práticas agrícolas.

Material reciclado - 25% Corresponde a toda parte da embalagem onde foi utilizado material reciclado pós-consumo, isto é, que já foi utilizado em algum produto e que foi reprocessado.

Material reciclável - 85,7% Corresponde a toda parte da embalagem que é possível reciclar depois que for utilizada.

Número recomendado de refilagens - 3 É o número de vezes que a embalagem original pode ser refilada. A recomendação é feita com base na durabilidade das principais informações de rotulagem, assim como na sua resistência da embalagem para que sejam boas e seguras para manipulação.

Ao longo desses anos, somente com Natura Ekos, foram feitas parcerias com 19 comunidades, abrangendo 1.714 famílias. A linha utiliza 14 ativos da biodiversidade brasileira, cujo fornecimento e repartição de benefícios geraram, ao longo desses anos, mais de R\$ 8,5 milhões em recursos. Dessa forma, Natura Ekos apoia o desenvolvimento social, o fortalecimento da economia e o cuidado com o meio-ambiente nas comunidades.

Em 2010, a marca inaugura o seu maior projeto de sustentabilidade: são novos sabonetes de murumuru, cupuaçu, maracujá e cacau, com 20% a 50% de óleo da biodiversidade brasileira, extraídos de ativos comprados de oito novas comunidades. Com isso, a empresa passa a beneficiar mais 263 famílias e dobra os recursos financeiros revertidos por ano.

Em 2009, revertemos R\$ 1,3 milhão ao ano para todas as comunidades fornecedoras de Natura Ekos e, com os novos sabonetes, passamos a reverter R\$ 2,6 milhões. Além de valorizar os ativos da biodiversidade, mantendo a floresta em pé, nós nos preocupamos também com as comunidades parceiras, em nos relacionar com elas de forma ética e justa", explica Gilberto Xandó, diretor de Unidade de Negócio. "Aumentar a concentração de óleos, chegando a 20% a 50%, significa conseguir criar sabonetes únicos nos formatos e nas sensações que despertam na pele. São sabonetes que valorizam a nossa cultura e preservam espécies da nossa floresta. (Natura 2015).

4.5 Balanço Natura 2015

Considerando a importância da sustentabilidade ambiental, foi avaliado o balanço da empresa brasileira Natura Cosméticos referente ao ano de 2015, onde foram identificados pontos positivos e negativos. Foi identificado que no balanço patrimonial não está em evidência as subcontas sócio ambientais, dificultando a identificação das mesmas.

Balanço Patrimonial Natura Cosméticos - Ativo Circulante

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidada	
	Explicativa	2015	2014	2015	2014
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	53.127	53.648	1.591.843	1.164.174
Títulos e valores mobiliários	6	1.808.328	1.258.196	1.191.836	531.812
Contas a receber de clientes	7	677.117	690.557	909.013	847.487
Estoques	8	208.113	202.145	963.675	889.977
Impostos a recuperar	9	124.953	73.733	320.392	240.329
Partes relacionadas	28.1.	9.026	6.995	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.2.	697.761	316.377	734.497	317.023
Outros ativos circulantes	12	202.780	177.396	307.450	248.482
Total dos ativos circulantes		3.781.205	2.779.047	6.018.706	4.239.284

Fonte: (NATURA 2015)

Através da nota explicativa 2.9 foi discriminado a subconta ambiental Crédito de Carbono o que possibilitou identificar que a mesma se enquadra dentro da conta Outros Ativos Circulantes.

Balanço Patrimonial Subcontas

	Controlado		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014

Adiantamento para propaganda e marketing	94.610	154.690	102.753	165.897
Adiantamento para fornecedores	101.776	57.833	135.135	94.886
Adiantamento para colaboradores	3.207	4.341	11.731	
Adiantamento de aluguel	-	-	19.132	
Seguros	2.968	2.883	6.866	11.640
Impostos de importação	325	126	5.910	
Ativos destinados à venda (a)	-	4.413	7.000	29.165
Crédito de carbono (b)	7.078	7.947	7.078	
Outros	316	5.836	29.449	7.413
	210.280	238.069	325.054	334.137
Circulante	202.780	177.396	307.450	248.482
Não circulante	7.500	60.673	17.604	85.655

Fonte: (NATURA 2015)

Créditos de carbono - Programa Carbono Neutro

Em 2007, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEEs, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil apesar de ser um país signatário do Protocolo de Quioto não apresenta meta de redução, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações financeiras se esta for passível de desembolso e mensurável. (NATURA, 2015)

Balço Patrimonial Adaptado ao Meio Ambiente	
ATIVO	Passivo e Patrimônio líquido

Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponível	Empréstimos e Financiamentos
Caixa e Bancos c/ movimento	Financiamentos Ambientais
Aplicação liquidez imediata	
	Fornecedor
CRÉDITOS	Fornecedores Ambientais
Clientes	
Clientes Ambientais *	Outros Obrigações
(-) Duplicatas descontadas	Multas por Danos Ambientais
Subvenções ambientais a receber	Indenizações por Danos Ambientais
Credito por assessoria ambiental	Aquisições de Bens e Serviços Ambientais
Outros Créditos	Restaurações Ambientais
ESTOQUE	Passivo Não Circulante
Matéria-Prima	Empréstimos e Financiamentos
Produtos em processo	Financiamentos Ambientais
Produtos Acabados	Fornecedores
Produtos reciclados e Subprodutos	Fornecedores Ambientais
Insumos Ambientais	Outras Obrigações
	Multas por Danos Ambientais
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Indenizações por Danos Ambientais
INVESTIMENTO	Impostos Verdes
Participações permanentes e outras sociedades	Provisões
Outros investimentos Permanentes	Multas por Danos Ambientais
Participações em fundos de investimentos Ambientais	Indenizações por Danos Ambientais
	Aquisições de Bens e Serviços Ambientais
IMOBILIZADO	Restaurações Ambientais
BENS EM OPERAÇÃO	
Maquinas e equipamentos	Patrimônio líquido
Instalações	
Edifício	Capital Social
Moveis e Utensílios	
	Reservas de Capital
BENS EM OPERAÇÃO AMBIENTAIS	
(-) Depreciação Amortização e Exaustão Acumulada	Reservas de Lucros
Imbolização em Processo	Multas por Danos Ambientais
	Proteção Ambiental
	Prejuízo Acumulados
	Lucros Acumulados (Conta Transitória)

	Prejuízo. Acumulados (Conta Transitória)
Total Ativo	Total do Passivo

Fonte: (TINOCO E KRAEMER 2011, p.169).

A Natura disponibiliza um relatório anual de indicadores ambientais que não está detalhado no balanço patrimonial, de onde podemos obter maior entendimento referente às práticas ambientais que a empresa realiza.

Indicador de Desempenho Natura Cosméticos S.A

Indicador	Resultado 2014 %	Resultado 2015 %
Emissão relativa de gases GEE	3	3,17
Material reciclado pós consumo – Brasil	1,2	2,9
Reciclabilidade de produto	57,5	50
Embalagens Ecoeficientes - Brasil	29	26
Consumo insumo Amazônicos em relação ao consumo total	13,3	12,2
Água reciclada e reutilizada	67	59

Fonte: (NATURA 2015)

Emissão Relativa de gases GEE: CO2 (ou CO2 equivalente): medida utilizada para expressar as emissões dos gases de efeito estufa, baseada no potencial de aquecimento global de cada um.

Material Reciclado pós- consumo Brasil: O indicador considera o percentual da massa de material reciclado pós-consumo em relação à massa total de materiais de embalagens, ponderados pela quantidade.

Reciclabilidade de Produto: O indicador considera o percentual da massa de material reciclável em relação à massa total de materiais de embalagens, ponderados pela quantidade faturada.

Embalagens ecoeficientes Brasil: Embalagens ecoeficientes são aqueles que apresentam redução de no mínimo, 50% de peso em relação a embalagem regular/similar ou que apresentam 50% de sua composição com material renovável não celulósico, desde que não apresentem aumento de massa.

Consumo insumo amazônico em relação ao consumo total: Soma dos valores de compra de matérias-primas de origem da região pan amazônica em relação a soma das matérias – primas total da natura.

Água reciclada: Proveniente dos efluentes sanitários e industriais gerados pelo site de Cajamar e que após o processo físico-químico e biológico na estação de tratamento de efluentes é utilizado para limpeza, jardinagem, sanitários e outras utilidades.

Água reutilizada: Água que retorna do processo produtivo de Cajamar e é aproveitada no sistema de água potável.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi evidenciar a importância da contabilidade ambiental dentro da empresa Natura S/A, que tem se fundamentado nos últimos anos na sustentabilidade ambiental. Foi feita uma análise no processo de fabricação dos produtos da companhia, desde a matéria-prima, fabricação, transporte, ao uso e descarte dos materiais. Mediante a isso foi confirmado o impacto positivo de iniciativas adotadas pela Natura ao longo de sua trajetória, como a opção pelo uso de álcool orgânico na perfumaria e de ativos da biodiversidade amazônica em seus produtos.

Para obter eficiência econômica foi priorizado o conceito de sustentabilidade, colocando como atitudes principais a redução no descarte de matéria-prima, reutilização de água, além de energia renovável e reciclagem, um dos motivos principais que tornou a Natura uma empresa sustentável, através disso obteve resultados satisfatórios na redução de custos consequentemente elevando o crescimento da empresa.

A criação da linha natura Ekos, desenvolvida através da biodiversidade levou a preservação de grande parte da natureza pois através de suas cooperativas eles extraem a matéria prima sem devastar o meio ambiente.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Natura Cosméticos S.A, identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, foi avaliado o balanço patrimonial do resultado consolidado. Para elaboração do estudo foi analisado as contas contábeis em conjunto com os indicadores, publicados na natura no ano de 2015. Foi possível averiguar que as contas ambientais não estão em evidencia no balanço patrimonial, porém quando analisado os indicadores pode-se identificar práticas ambientais que a empresa executa e os benefícios aos seus STAKEHOLDERS.

Por ser uma empresa de capital aberto e se destacar por seus projetos ambientais, deveria evidenciar de forma mais objetiva suas práticas ambientais.

É necessário que nos conscientizemos de que a sobrevivência da humanidade requer a manutenção de um meio ambiente saudável, que só será possível perante a contribuição de cada um dos indivíduos do planeta, especialmente aqueles que, reunidos em uma atividade econômica, participem da degradação da natureza.

REFERÊNCIAS

Andriof, J.; MCINTOSH, M. Perspectives on corporate citizenship. Reino Unido: Warwick Business School, 2001.

BERGAMIN JR., S. Contabilidade e riscos ambientais. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, nº11, 1999.

BRAGA, Célia. Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.

BRANDÃO, C.E. L. Sustentabilidade e governança corporativa. In: Uma década de governança corporativa - História do IBGC, marcos e lições da experiência. São Paulo, Editora Saraiva, 2009.

BRASIL. Comitê de Valores Imobiliários. s.d. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em 10 out.2016.

Brasil. Instituto brasileiro de governança corporativa. Governança Corporativa.<<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>>

Brasil.Tribunal de Contas Da União. Governança e Gestão. Disponível <<http://docplayer.com.br/8094239-Levantamento-do-perfil-de-governanca-e-gestao-de-pessoas-da-administracao-publica-federal.html>>Brasilia,2014

CARVALHO,G.M.B. de. Contabilidade Ambiental: Teoria e Pratica. 2º Edição. Curitiba: Juruá,2012.

COSTA, C. A. G. da. Contabilidade Ambiental: Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa. São Paulo, Editora Atlas, 1999.

Dowbor – Ladislau - Artigos por Ladislau Ladislau > Por uma São Paulo Inteligente: Espaços de governança – Janeiro – 2013,8p.Disponível em: <<http://dowbor.org/2013/01/por-uma-sao-paulo-inteligente-espacos-de-governanca-janeiro-20138p.html>> Acesso 28 agosto 2016.

Global Reporting

Initiative. Disponível <<https://www.globalreporting.org/resource/library/PortugueseStarting-Points-2-G3.1.pdf>>

HENDRIKSEN, E.; BREDA, M. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. NPA 11 – Normas e Procedimentos de auditoria – Balanço e Ecologia. São Paulo: Ibracon, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em: . Acesso em: 17 Jun. 2007.

IUDICIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

James N. Rosenau. Governança sem Governo, São Paulo: Unb Imprensa Oficial, 2000.

JENSEN, M.: Value maximization, stakeholder theory and the corporate objective function. Boston: Harvard Business School. Working Paper 00058, abr. 2000.

M. FILHO, C. P. Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as implicações. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NATURA. Demonstrações Financeiras Natura Cosméticos S.A. 2015. Disponível em <<https://www.natura.com.br/a-natura>>. Acesso em: 25 set. 2016.

TINOCO, J.E.P; KRAEMER, M.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

UNISA. Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmico, 2016

